



fnpetroleiros.org.br [f /fnpetroleiros](https://www.facebook.com/fnpetroleiros)

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS

Sindipetro-AL/SE| Sindipetro-LP| Sindipetro-PA/AM/MA/AP| Sindipetro-RJ| Sindipetro-SJC

Boletim Informativo | Edição Abril de 2018

REFINARIAS E TERMINAIS NA MIRA DE PEDRO PARENTE GREVE NACIONAL PETROLEIRA



FIQUE ATENTO!

A FNP CONVOCA TODAS AS ENTIDADES PARA JUNTOS CONSTRUIRMOS UM ATO NACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA. A REUNIÃO ACONTECE NO DIA 9 DE MAIO, ÀS 15 HORAS, NO AUDITÓRIO DO SINDIPETRO-RJ, LOCALIZADO NA AV. PASSOS, 34 - CENTRO, RIO DE JANEIRO. EM Pauta: A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS, EM DEFESA DA PETROS E DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA.

A CISÃO E O EQUACIONAMENTO DO PLANO PETROS DO SISTEMA PETROBRÁS

Por Ronaldo Tedesco

Como parte dos ataques que o atual Governo está fazendo aos trabalhadores, vemos a Petros vivenciando hoje um Plano de Equacionamento do déficit técnico do seu principal plano de previdência, o Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP).

O déficit já supera mais de R\$ 30 bilhões, e os trabalhadores são chamados a contribuir com metade desse valor em 18 anos. Isso é inviável e absurdo!

Mas, quando a maioria pensava que a situação não poderia ser mais difícil, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão de fiscalização governamental, aprovou a cisão do PPSP em dois planos: o Plano Petros do Sistema Petrobrás – Repactuados (PPSP-R) e o Plano Petros do Sistema Petrobrás – Não Repactuados (PPSP-NR).

Com essa decisão, tudo ficou ainda mais difícil, segundo Fernando Siqueira, atual presidente do Conselho Fiscal da Petros, a cisão não tem uma fundamentação técnica que a justifique: “A cisão se baseia numa suposta existência de subsídio cruzado, que nunca ocorreu, entre repactuados e não repactuados. Essa hipótese foi levantada pelo atuário do PPSP no estudo que fundamentou a cisão, a partir da forma diferente de se calcular os benefícios de repactuados e não repactuados. Questionado por nós no Conselho Fiscal, afirmou que não havia feito esse cálculo, era apenas uma possibilidade”, afirmou Fernando Siqueira.

Paulo Brandão, suplente de Siqueira no Conselho Fiscal e que é da diretoria jurídica da FENASPE, participa como assessor da FNP no Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Petrobrás para debater alternativas ao PED do PPSP, informa que a cisão coloca o equacionamento do PPSP em outro patamar: “A Petros e a Petrobrás, pelo que entendo, estão apostando desde já nesse outro processo de equacionamento dos dois planos resultantes, os PPSP-R e PPSP-NR. As



entidades devem se preparar para esse novo momento da nossa luta em defesa dos direitos dos participantes”. Brandão complementou: “o Fórum em Defesa da Petros, constituído pela FENASPE, FNP e GDPAPE já tem diversas iniciativas para evitar essa cisão e está debatendo outras medidas.”

Ronaldo Tedesco, Conselheiro Deliberativo da Petros complementa: “Tenho afirmado que a Petrobrás não deseja mais preservar o PPSP e a cisão demonstra claramente esse objetivo. Até o momento o GT constituído não se debruçou sobre qualquer proposta alternativa colocada pelos trabalhadores ou pela Petrobrás. Não parece existir por parte da direção da Petrobrás uma intenção de manter seu compromisso histórico com aqueles que construíram a riqueza dessa empresa e desse país”.

A FNP está junto com a FENASPE e o GDPAPE encaminhando iniciativas políticas, jurídicas e institucionais para evitar a cisão, barrar o equacionamento e cobrar das patrocinadoras as dívidas que considera existir junto ao PPSP e que poderiam, caso sejam honradas, resolver o problema do plano: “A Petros nos questionou que dívidas seriam essas. São as dívidas já ajuizadas pelas entidades sindicais e associativas em que a própria Petros, junto com a Petrobrás e a BR Distribuidora, figuram como réus dos processos. Dizer que desconhecem nossos questionamentos é um absurdo. Há 15 anos o Conselho Fiscal da Petros não recomenda a aprovação das contas da Fundação e, entre outros motivos, estão justamente as dívidas que exigimos avaliação, mensuração e pagamento”, diz Adaedson, da coordenação do Sindipetro LP e da FNP.



PRESSA EM ENTREGAR A PETROBRÁS, AGORA É A VEZ DO REFINO E DA TRANSPETRO

Mais um ataque da direção da Petrobrás, que anunciou no dia 19 de abril a venda de 60% de quatro refinarias nas regiões Nordeste e Sul do País: Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia; a Refinaria do Nordeste ou Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco; a Refinaria Alberto Pasqualine (Refap), no Rio Grande do Sul; e a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná. Com isso, irá reduzir para 75% sua participação no mercado nacional (atualmente a empresa controla 99% do refino, com 13 refinarias).

Segundo a empresa, a proposta apresentada foi elaborada durante dois anos e prevê que a Petrobrás firme “parcerias” em duas refinarias no Nordeste (Abreu e Lima e Landulpho) e mais duas no Sul (Presidente Getúlio Vargas e Alberto Pasqualini). Em cada uma delas, o parceiro terá 60%, e a Petrobras, 40%. As quatro refinarias, juntas, têm uma capacidade de processamento de 846 mil barris de petróleo por dia. Além das unidades de refino, a venda vai incluir a infraestrutura logística. Associados a essas quatro refinarias estão 12 terminais.

Se o plano for adiante, a Petrobrás ficará com nove refinarias e 36 terminais, além das participações naquelas quatro. “Ficou claro que a intenção é impor, mais uma vez, a lógica obtusamente financista de Pedro Parente e sua turma. A lógica da rentabilidade sem nenhum compromisso com os interesses da sociedade brasileira e com os trabalhadores da Petrobrás. A nossa empresa foi criada para defender nossa soberania e não para enriquecer acionista estrangeiro às custas de cobrar mais caro no combustível e desempregar milhares de trabalhadores. Para eles, reposicionamento no setor de refino é isso. Para nós, é um chamado pra luta!”, disse Rafael Prado, diretor da FNP/Sindipetro-SJC.

O modelo de negócios ainda não foi aprovado pela diretoria da empresa. No entanto, estima-se que o processo de transição e repasse do controle das quatro unidades deve durar cerca de um ano. Os detalhes do plano ainda estão sendo definidos, para que sejam apresentados à diretoria executiva e ao conselho de administração



A Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, é um dos alvos da política de desmonte da Petrobrás

da petroleira.

Para a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Pedro Parente planeja, além de retirar direito dos trabalhadores, entregar um dos maiores patrimônios nacionais e a maior petrolífera da América Latina, a Petrobrás.

Eles não querem que o Brasil seja um país industrial. Eles querem que a gente exporte matéria prima e, como o nosso país é muito populoso, consuma produtos acabados. É esse país que a gente quer?”, afirmou Fábio Mello, diretor da FNP/Sindipetro-LP, durante protesto em defesa das refinarias. Sob o mando de Temer e seu governo, Pedro Parente vem tentando desmontar a Petrobrás.

É hora de chamar a mais ampla unidade da categoria para construir a greve nacional! Chega de privatização! Fora Parente!

SÓ VOCÊ, TRABALHADOR, PODE FAZER A RESISTÊNCIA!

A FNP CONVOCA TODAS AS ENTIDADES PARA JUNTOS CONSTRUIRMOS UM ATO NACIONAL E ORGANIZAÇÃO DA RESISTÊNCIA. A REUNIÃO ACONTECE NO DIA 9 DE MAIO, ÀS 15 HORAS, NO AUDITÓRIO DO SINDIPETRO-RJ, LOCALIZADO NA AV. PASSOS, 34 - CENTRO, RIO DE JANEIRO. EM PAUTA: A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS, EM DEFESA DA PETROS E DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA.



AS FAFENS S

No dia 20 de março, Pedro Parente, atual presidente da Petrobrás, anunciou que iria fechar as fábricas de fertilizantes em Sergipe (Fafen-SE) e na Bahia (Fafen-BA). Após a divulgação da notícia, trabalhadores, políticos e parlamentares se mobilizam contra fechamento das Fafens em Sergipe e em várias outras regiões.

Depois de muita pressão, Parente anunciou a suspensão do fechamento das Fafens. A medida valerá por 120 dias a partir de 30 de junho próximo.

No período, Parente alegou perdas da Petrobrás com a operação das Fafens. Em 2017, segundo ele, a Fafen-SE apresentou resultado negativo de cerca de R\$ 600 milhões. “Ao longo dos últimos anos, a Petrobrás implementou diversas ações para otimização de custos, aumento de produtividade e melhoria de desempenho operacional, mas o resultado continuou abaixo do esperado e o cenário indica resultados negativos para os próximos anos”, justificou o presidente.

No entanto, segundo dados constantes da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), as duas unidades de fertilizantes da Petrobrás possuem capacidade de produção conjunta de 36,3 mil toneladas de ácido nítrico, quase 1 milhão de toneladas de amônia e mais de 1,1 milhão de toneladas de ureia, sem contar outros produtos derivados do pró-

prio processo, como dióxido de carbono, sulfato de amônio e ARLA (ureia diluída, utilizada para redução das emissões de NOx nos caminhões que utilizam diesel). Portanto, é mentira que as Fafens dão prejuízo!

Parente também garantiu que iria implementar todos os esforços para a realocação dos 272 empregados próprios da Fafen em outras unidades da companhia. Mas, a verdade é que, hoje, a fábrica opera com um efetivo abaixo do mínimo, com cerca de 250 trabalhadores próprios da Petrobrás e 470 terceirizados.

Além disso, a Fafen gera milhares de empregos indiretos, através de fornecedores, prestadores de serviços, empresas que dão suporte à operação e, principalmente, às diversas fábricas de fertilizantes que estão instaladas devido à proximidade de acesso à matéria prima produzida por ela. Com o fechamento da Fafen, essas empresas misturadoras, a exemplo da Heringer e Fertinor, também podem ir embora.

Em entrevista à imprensa, o presidente da Petrobrás também colocou que o “País já importa 85% da demanda nacional por fertilizantes”, o que nos leva a concluir que não haveria problema de suprir totalmente o mercado com importações.

A ABIQUIM refutou veementemente essa posição. Segundo a Associação, o País, sua agricultura e

“

Para a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e seus sindicatos, fertilizantes são estratégicos para a soberania alimentar, para o aumento do PIB e contribuem para o equilíbrio da balança comercial

SÃO NOSSAS!

05

sua indústria, não podem ficar dependentes 100% de importações de produtos tão estratégicos. “Não podemos captar toda e qualquer vulnerabilidade que o mundo tente passar para o País, especialmente no que diz respeito à agricultura. De que adianta termos a agricultura mais competitiva do mundo se não conseguimos construir uma cadeia de fornecedores locais e que agregue valor ao País”, esclarecem em nota.

Além disso tudo, a elevada dependência por importações deixará o país vulnerável às flutuações do câmbio e dos preços, trazendo também algum risco relacionado a eventual escassez de insumos básicos.

Para a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e seus sindicatos, fertilizantes são estratégicos para a soberania alimentar, para o aumento do PIB e contribuem para o equilíbrio da balança comercial. Portanto, a privatização das fábricas de fertilizantes da Petrobrás, caso sejam concluídas, serão um crime contra a economia do país e, principalmente, contra a vida dos trabalhadores e do povo mais pobre.

O que está por trás do fechamento

Não é a primeira vez que tentam privatizar a Fafen. Em 1993 e em 2001 os trabalhadores resistiram através da luta e impediram que a fábrica fosse privatizada.

Em 2012, com o anúncio do plano de desinvestimento, o Sindipetro AL/SE já alertava que o objetivo era desmontar a Fafen e a Petrobrás em Sergipe. Em 2015, com Bendine na presidência da empresa, o governo deixou claro que pretendia focar apenas na exploração e exportação de óleo cru e abandonar todos os outros ramos da produção de petróleo.

Portanto, o fechamento da fábrica anunciado vem sendo preparado desde muito antes, com cortes de investimentos, sucateamento, demissões, redução de contratos, aumento da terceirização, retirada de direitos e calotes nos trabalhadores.

A partir de 2015, com o plano de demissão voluntária (PIDV), 120 trabalhadores próprios foram demitidos. Desde então, não houve reposição do quadro de funcionários. Invés disso, cinco operadores concursados, que foram convocados através de ação judicial movida pelo Sindipetro AL/SE, foram demitidos em dezembro do ano passado.

Portanto, a fábrica hoje não opera com a sua capacidade máxima, porque houve um desmonte consciente da gestão da empresa e dos sucessivos governos. A Fafen ainda está ativa e funcionando até hoje, porque os trabalhadores sustentaram a fábrica por todos esses anos com seu suor e a força da sua luta.



QUEM GANHARÁ COM AS PRIVATIZAÇÕES?

Quando o atual presidente Temer decidiu por impor uma agenda de retrocessos ao Brasil, anunciou um pacote de privatizações sob a alegação de que as empresas estatais são ineficientes.

Optou por dialogar com uma parcela da população que acredita que o melhor caminho é entregar nas mãos da iniciativa privada todo e qualquer negócio, sem considerar aspectos estratégicos, soberanos e sociais.

Nesse pacote está a Petrobrás, Eletrobrás, Caixa Econômica e Banco do Brasil, que logo gerou descontentamento de uma outra parcela da população, que resolveu lutar e defender os patrimônios do país.

Toda essa movimentação contrária fez com que o Governo iniciasse uma campanha social de difamação das estatais. Para piorar as coisas, na Petrobrás, por meio da venda de ativos, SEM LICITAÇÃO, vem desmembrando a empresa na tentativa de privatizar a qualquer custo. Assim, atendendo aos interesses particulares de grupos ligados ao mercado.

Pedro Parente insiste em apresentar números negativos. Quando questionado sobre o assunto, evita o debate. Em março de 2017, divulgou que “adaptou o seu programa de desinvestimentos à sistemática aprovada pelo TCU”.

A adaptação teve resultado sobre as vendas em andamento e não surtiu efeito sobre os projetos cujos contratos de compra e venda já haviam sido assinados. Mas, a posição do TCU é contraditória, apesar de apontar os desvios dos processos de privatização em curso permitiu que aqueles em fase avançada fossem concluídos sem nenhum reparo.

Assim, pode-se dizer que o TCU e os vários ór-

gãos de controle se omitem em relação à política de substituição do monopólio estatal da Petrobrás por monopólios privados. Como se não bastasse prejudicar a política industrial, a medida ainda traz desemprego em massa e instabilidade ao Brasil.

Contudo, pesquisa recente apontou que 70% dos brasileiros são contra a privatização da Petrobrás, enquanto 78% são contra o capital estrangeiro na companhia. Talvez por isso a atual direção da Petrobrás evite usar a palavra “privatização”. Sob o eufemismo “parcerias e desinvestimentos”, o plano estratégico tem a meta de privatizar US\$ 34,7 bilhões de ativos da estatal entre 2015 e 2018.

Além disso, o modelo de venda de fatias em refinarias da Petrobrás prevê a transferência para parceiros de cerca de 25% da capacidade brasileira de refino.

A redução da presença da estatal no setor de refino foi tentada pela primeira vez durante o governo Fernando Henrique Cardoso, mas suspensa após forte resistência dos trabalhadores. Em 2000, a Petrobrás chegou a transferir à argentina Repsol 30% da Refinaria Alberto Pasqualini, como parte de um acordo de processo de troca de ativos.

Por outro lado, as reservas de petróleo brasileiras provadas, prováveis e possíveis (3P) cresceram 4% em 2017, totalizando 23,630 bilhões, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP). No entanto, avalia-se que as reservas provadas podem ser muito superiores, de acordo com as imagens sísmicas do pré-sal e as informações de poços já perfurados.

Hoje, só o pré-sal produz a mesma quantidade de petróleo e gás, 1,74 milhões de barris dia, o que representa 53,3% do total produzido no Brasil. Então, a quem interessa privatizar a Petrobrás?

LEILÃO DO PETRÓLEO: SOMOS CONTRA!

Desde 1999, a ANP vem realizando rodadas de licitações para exploração. No dia 29 de março de 2018, realizou a 15ª Rodada de Licitações de blocos para exploração de petróleo e gás. Foram oferecidos, no total, 70 blocos em sete bacias sedimentares, abrangendo uma área de aproximadamente 95 mil km². A previsão é que os campos comecem a ser explorados em três anos.

Com isso, o Brasil pode vir a se tornar um dos maiores poluidores do mundo com a exploração do pré-sal, já que as licitações, ao todo, são blocos de exploração do pré-sal, camada localizado a mais de 5 mil metros

de profundidade abaixo do nível do mar, e as empresas privadas não têm tecnologia para explorar.

Até 2016, o marco regulatório do país determinava a obrigatoriedade da Petrobrás ser a única operadora desta camada de petróleo. A regra foi, então, alterada pelo Congresso no final de 2016.

A FNP e seus sindicatos são contra a exploração do petróleo brasileiro por estrangeiros e critica a inequidade das empresas privadas na exploração do petróleo e alertam crescimento exponencial aos riscos de acidentes com essas empresas na exploração do petróleo brasileiro.

O QUE A PETROBRÁS JÁ VENDEU?

A Petrobrás não divulgou a lista completa de empresas envolvidas no plano de desinvestimentos, mas uma série de negociações já foram comunicadas ao mercado. Incluo em anexo uma tabela apresentada pelo presidente no mês passado que lista o que já foi concluído, o que está aprovado e o que está em negociação.

Confira abaixo a lista de negócios anunciados que já foram concluídos, aprovados e que ainda estão em fase de negociação:

TRANSAÇÕES CONCLUÍDAS:

- ◀ Ativos na Argentina para a Companhia Geral de Combustíveis (CGC): US\$ 101 milhões
- ◀ 49% da subsidiária Gaspetro, vendida para a Mitsui Gás e Energia do Brasil: US\$ 540 milhões
- ◀ Ajuste de preço da petroquímica Innova, vendida à Videolar, e ativos na Colômbia: US\$ 92 milhões

TRANSAÇÕES APROVADAS:

- ◀ 67,19% na Petrobras Argentina (PESA), vendida para a Pampa Energía: US\$ 897 milhões
- ◀ 100% da Petrobras Chile Distribución (PCD), vendida para Souther Cross Group: US\$ 464 milhões
- ◀ Participação no Bloco exploratório BM-S-8 para a Statoil Brasil Óleo e Gás: US\$ 2,5 bilhões.
- ◀ 90% da unidade de gasodutos Nova Transportadora Sudeste (NTS) para consórcio liderado pela Brookfield: US\$ 5,19 bilhões
- ◀ 100% da refinaria NSS, localizada no Japão, por US\$ 129,285 milhões
- ◀ 90% da unidade de gasodutos Nova Transportadora Sudeste (NTS): US\$ 5,19 bilhões
- ◀ 100% da da Liquigás para a Ultragas, subsidiária da Ultrapar: R\$ 2,8 bilhões
- ◀ 49% na produtora de etanol Nova Fronteira, por US\$ 133 milhões
- ◀ venda de fatias nos campos Iara e Lapa do pré-sal em acordo de parceria com a francesa Total: US\$ 2,2 bilhões.

O QUE ESTÁ EM NEGOCIAÇÃO:

- ◀ Participação na Petroquímica Suape e Citepe para a Alpek
- ◀ terminais de gás natural liquefeito (GNL) e termelétricas associadas
- ◀ participação na BR Distribuidora
- ◀ 100% do campo de Baúna (no pós-sal da Bacia de Santos) e 50% de Tartaruga Verde (no pós-sal da Bacia de Campos) para a Karoon Gas Australia
- ◀ outras participações em campos de petróleo e gás em terra e em águas rasas
- ◀ fábricas de fertilizantes
- ◀ participações em outras petroquímicas (saída da Braskem depende de acordo de acionistas)

EXPEDIENTE:

| Sindicatos da FNP: Sindipetro-AL/SE, Sindipetro-LP, Sindipetro-PA/AM/MA/AP, Sindicato-RJ e Sindipetro-SJC | Diretoria Executiva da FNP: Adaedson Costa, Agnelson Camilo, Alealdo Hilário, Armando Carlos Munford, Claiton Coffy, Clarkson Messias, Eduardo Amaro, Eduardo Henrique Soares da Costa, Ivan Luiz de Andrade, Júlio César Araújo, Lourival Júnior, Luiz Mário Nogueira Dias, Marcelo Juvenal, Natália Russo Lopes, Rafael Prado e Roberto de Castro Ribeiro | Redação e Edição: Vanessa Ramos - Diagramação: Carolina Mesquita - Endereço: Avenida Presidente Vargas, 502, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ - CEP 20071-000 Telefone: (21) 2263-5147 | 96772-4210 - E-mail: fednacpetroleiros@gmail.com - Facebook fnpetroleiros - fnpetroleiros.org.br



AMS E BENEFÍCIO FARMÁCIA, O QUE MUDA?

A Resolução 23-2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão alterou as regras de custeio dos planos de saúde das estatais. O objetivo, de acordo com as resoluções, é colocar uma trava no que eles chamam de “crescimento acelerado dos gastos” com plano de saúde das empresas estatais.

Segundo informações divulgadas, o percentual dos gastos de saúde com funcionários ativos e inativos na folha de salários do ano passado, acrescido de uma margem de 10% ou o limite máximo de 8% da folha – o que for menor – será o teto para a empresa custear os planos das companhias estatais por autogestão.

De acordo com o RH Corporativo, a companhia está fazendo uma avaliação junto ao seu departamento jurídico, observando as questões normativas de resolução. “Por enquanto, a posição da Petrobrás é respeitar o direito adquirido, mas é preciso ver o limite disso. Depois de se ter uma posição definida, a empresa vai a Brasília discutir essa resolução. Atualmente, não existe nada consolidado sobre isso, e no momento o que prevalece é o que foi assinado no ACT 2017/19”, afirmou.

Sobre o custeio do AMS, a Gerência de de Ad-

ministração e Finanças da Saúde Suplementar explicou, em palestra no Sindipetro-RJ que atualmente a inflação médica se apresenta como maior do que o reajuste salarial dos empregados, por isso houve a necessidade de readequamento para que a situação de custeio não fosse requerer um reajuste traumático daqui a cinco anos. O envelhecimento das pessoas faz com que o custo médico fique alto.

Sobre o novo modelo de coparticipação do Benefício Farmácia, o RH justificou que a nova modalidade segue padrões internacionais que visam diminuir custos da empresa com medicamentos.

Uma política clara que visa sucatear e precarizar os serviços das estatais para justificar a terceirização de suas atividades, seguida de privatizações por preços irrisórios e gestões duvidosas.

As novas medidas são mais uma forma de destruir a necessidade de melhoria da governança nas empresas públicas, reforçando o propósito do governo federal de sucateamento das estatais, mirando-se na privatização como objetivo final.

Frente a essa ameaça, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) vai lutar e defender os direitos dos trabalhadores ativos e aposentados.

AMS INICIA RECADASTRAMENTO DE BENEFICIÁRIOS

Prazo para cadastramento do titular e seus dependentes vai até o dia 20 maio e deverá ser realizado exclusivamente, segundo a companhia, pelo Botão Compartilhado

Por meio de ofício enviado a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), a direção da Petrobrás informou que começou o cadastramento obrigatório dos aposentados e pensionistas na Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS). O prazo para o cadastramento irá até o dia 20 de maio.

Segundo a empresa, o cadastramento deverá ser feito, exclusivamente, através do Botão Compartilhado, pelo link [\[tilhados.petrobras.com.br\]\(http://tilhados.petrobras.com.br\) no serviço Cadastramento Aposentados e Pensionistas.](http://servicoscompar-</p>
</div>
<div data-bbox=)

A empresa também informou que os beneficiários receberão uma correspondência com um passo a passo sobre o cadastramento. Fique atento!

O passo a passo com as principais dúvidas também pode ser acessado pelo link <https://ams.petrobras.com.br/portal/ams/home/pagina-principal.htm> ou clique aqui, para baixar o anexo.

Mais informações também podem ser obtidas pelo telefone 0800 287 2267, opção 5 ou entre em contato com o seu sindicato.